

Num Tema	Num Meta	Alteração ou nova meta?	Contribuição	Fonte (para nova meta)	Ações (para nova meta)
1	1	Alteração	Indicador: publicação de mapa interativo da diversidade das expressões culturais em território brasileiro, inclusive para cadastramento de informações , no âmbito do SNIIC com informações de, ao menos, 70% dos municípios de cada macroregião. Comentário: especificar melhor a situação atual incorporando as informações já existentes, sobretudo sobre povos indígenas.	Funai, ISA, etc.	
1	2	Alteração	Situação atual não está bem explicada, é preciso contemplar estado da arte no cenário internacional e nacional. Texto está muito pobre, dada a dimensão da questão. Sugerimos a alteração do último parágrafo do texto para: Para criação de um marco legal específico, dentro do sistema de propriedade intelectual, será necessário, conforme a OIT 169, a consulta livre, prévia e informada (que deve ser compreendida como um processo de várias etapas a serem definidas conjuntamente entre estado e os povos tradicionais) num processo de discussão e debate...	documentos que já existem, acordos, propostas, projetos de lei.	
1	3	Alteração	50% de povos indígenas , comunidades tradicionais e grupos de culturas populares atendidos por ações de promoção da diversidade cultural. É preciso embasar melhor a situação atual, dizendo que existem dados sobre os povos indígenas, mas não existem dados sobre outros povos e comunidades tradicionais.	Instituto Socioambiental, Funasa, Prêmio Culturas Indígenas	
2	4	Alteração	Aumento em 30% no número de municípios brasileiros com grupos em atividade nas áreas de teatro, dança, circo, música, artes visuais e expressões dos povos indígenas e comunidades tradicionais. Orientar o aumento destes 30% para o acesso das comunidades tradicionais e das áreas rurais dos municípios. (Comentário: alteração do destino final dos recursos para que não fiquem apenas nas mãos dos municípios, lideranças indígenas devem também ter a possibilidade de serem gestores dos recursos, para que os mesmos cheguem até as terras indígenas).	Prêmio Culturas Indígenas	
2	8	Alteração	60% dos municípios de cada macrorregião do país com produção e circulação de espetáculos e exposições artísticas e culturais financiados com recursos públicos federais.		
2	9	Alteração	15 mil Pontos de Cultura e 1500 Pontos de Cultura Indígena* em funcionamento,		

			<p>compartilhados entre o governo federal, as Unidades da federação (UF) e os municípios integrantes do Sistema Nacional de Cultura (SNC).</p> <p>incluir no texto: garantir a regionalização dos pontos e a distribuição equitativa dos pontos, bem como que o programa seja acessível aos segmentos que têm menos possibilidade de produção cultural e que garantam a circulação de seus bens culturais. Os 1500 Pontos de Cultura Indígena devem ser distribuídos de forma equilibrada entre povos e terras indígenas.</p> <p>Os Pontos de Cultura Indígena têm sido tratados de forma diferenciada em função das especificidades próprias dos povos indígenas (línguas, costumes, etc) dos Pontos de Cultura “regulares”, requerendo metodologia própria, construída para atender as especificidades deste segmento.</p>		
2	15	Alteração	<p>Democratização e aumento em 65% nas atividades de difusão cultural em intercâmbio nacional e internacional</p> <p>Esta meta se refere à difusão cultural, tanto no Brasil como no exterior, por meio de atividades de intercâmbio, tais como: apresentação de trabalhos artísticos e culturais; apoio a grupos culturais e artistas; representação em feiras e eventos; e publicação de autores brasileiros no exterior.</p> <p>O intercâmbio de artistas, técnicos, agentes e grupos culturais aumenta a divulgação das expressões culturais e propicia trocas interculturais, de conhecimentos e técnicas. Situação atual: Em 2010, o Ministério da Cultura apoiou em média aproximadamente 500 atividades de difusão cultural.</p> <p>É importante que se garanta a democratização do acesso de grupos, mestres e artistas ao circuito de circulação cultural no Brasil e no exterior.</p>		
3		Nova meta	<p>100% das escolas de educação básica incorporando o ensino da história e cultura afrobrasileira dos povos indígenas, adotando o que determinam as leis 11.645/08 e 10.639/03.</p> <p>Situação Atual: Embora as leis 10.639 e 11.645 tenham sido aprovadas em modificação ao disposto na LDB são tímidas as iniciativas por parte dos sistemas de ensino em criar programas, modificar currículos, produzir materiais, formar professores, para que as mesmas tenham efetividade e contribuam para uma melhor compreensão da diversidade étnica e cultural existente em nosso país. Não há dados sistematizados sobre a implantação das leis. Por sua vez, o Conselho Nacional de Educação editou, até o momento, somente diretrizes curriculares para a inserção da temática dos povos africanos e afro-descendentes nas escolas. A temática indígena ainda não foi objeto de</p>	Ministério da Cultura (MinC) e Censo Escolar - Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação.	2.1.2 Criar políticas de transmissão dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais, por meio de mecanismos como o reconhecimento formal dos mestres populares, leis específicas, bolsas de auxílio, integração com o sistema de ensino formal, criação de instituições públicas de educação e cultura que valorizem esses

			<p>regulamentação.</p> <p>Indicador: Número de escolas públicas que incorporaram as temáticas nos currículos escolares. Número de programas de formação e capacitação específicos voltados a qualificação dos professores da rede pública. Número de materiais específicos sobre a temática distribuídos em programas governamentais do MINC e do MEC.</p>		<p>saberes e fazeres, criação de oficinas e escolas itinerantes, estudos e sistematização de pedagogias e dinamização e circulação dos seus saberes no contexto em que atuam.</p> <p>2.1.4 Realizar campanhas nacionais, regionais e locais de valorização das culturas dos povos e comunidades tradicionais, por meio de conteúdos para rádio, internet, televisão, revistas, exposições museológicas, materiais didáticos e livros, entre outros.</p> <p>2.1.5 Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas, bem como das diversas expressões culturais e linguagens artísticas.</p>
3	17	Alteração	<p>100% das escolas de educação básica com a disciplina de Arte e Cultura no currículo escolar.</p> <p>*alterar a redação da meta, justificando o ensino de arte e cultura.</p>		
3	18	Alteração	<p>10 mil professores de Arte de escolas públicas com formação continuada na área da cultura e diversidade brasileira.</p>		
3	21	Alteração	<p>10 mil trabalhadores da cultura com saberes reconhecidos e certificados pelo Ministério da Educação (MEC)</p> <p>Os saberes e fazeres culturais e tradicionais são, por excelência, múltiplos e amplos e mais dificilmente reconhecidos pelas instâncias formais de educação e trabalho.</p> <p>Incluir no texto: Certificação do saber de pessoas como mestres, pajés, parteiras</p>		

			e outros sábios indígenas para troca de saberes e inserção do conhecimento tradicional junto a escola e a sociedade envolvente.		
6		Nova meta	<p>100% dos Municípios e Estados do SNC com representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais nos conselhos municipais e estaduais de cultura.</p> <p>Esta meta relaciona-se com o Plano Nacional de Cultura, especialmente com as estratégias para reconhecer e valorizar a diversidade e promover o intercâmbio de experiências e ações coletivas entre diferentes segmentos da população, grupos de identidade e expressões culturais. Atende também às estratégias e ações para aprimorar os mecanismos de participação social no processo de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de cultura e para criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas.</p> <p>Atende também a ação de estimular que os conselhos municipais, estaduais e federais de cultura promovam a participação de comunidades indígenas e de outros grupos populacionais sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social.</p> <p>A formação sociocultural do Brasil é marcada por encontros étnicos, resultando no reconhecimento progressivo dos valores presentes em nosso território.</p> <p>Situação atual: existem muitos conselhos municipais e estaduais de cultura sem representatividade dos povos indígenas e comunidades tradicionais, apesar da presença desses povos em todo território brasileiro. Tal representatividade é legítima culturalmente e poderá contribuir significativamente com os conselhos municipais e estaduais de cultura.</p> <p>Indicador: número de conselhos municipais e estaduais de cultura e número de representantes dos povos indígenas e comunidades tradicionais nos conselhos municipais e estaduais de cultura</p>	MinC	<p>5.1.5 Criar mecanismos de participação e representação das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas na elaboração, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão de políticas de proteção e promoção das próprias culturas.</p> <p>5.4.1 Fortalecer a atuação do Conselho Nacional de Política Cultural, bem como dos conselhos estaduais e municipais, como instâncias de consulta, monitoramento e debate sobre as políticas públicas de cultura.</p> <p>5.4.2 Estimular que os conselhos municipais, estaduais e federais de cultura promovam a participação de jovens e idosos e representantes dos direitos da criança, das mulheres, das comunidades indígenas e de outros grupos populacionais</p>

					sujeitos à discriminação e vulnerabilidade social.
6	36	Alteração	Alterar no texto: A participação nas Conferências Nacionais deve seguir seu regimento interno, pressupondo a realização de conferências municipais ou intermunicipais, estaduais, distritais e pré-conferências setoriais por segmentos representados no CNPC.		
7	39	Alteração	Situação atual: Há estudos sobre algumas cadeias produtivas da economia da cultura sendo desenvolvidos, como do audiovisual, moda, etc., que serão utilizados como marco inicial dos mapeamentos. Há estudos e projetos em desenvolvimentos também em outros órgão (FUNAI) e ministérios (MMA) sobre algumas cadeias produtivas da economia das culturas. Estes serão utilizados como marco inicial de mapeamentos.	MMA e FUNAI também têm informações sobre este assunto.	
7	40	Alteração	500 projetos de apoio à sustentabilidade econômica da produção cultural local situação atual: averiguação junto a outros ministérios sobre projetos similares de experiências junto as comunidades tradicionais dos arranjos produtivos locais		
7	41	Comentário	Falta o foco voltado mais para as comunidades 'rurais', tradicionais.		